



CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Estadual – Nº 10.546 / 2015

Ata da 116ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social da Paraíba

Local: Ambiente Virtual Google Meet

Data: 22/04/2021

Aos 22 dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, se deu de forma remota a 116ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado da Paraíba - CEAS/PB, com a participação das/os conselheiras/os; Francisca das Chagas Fernandes Vieira (titular) - Representante da SEDH; Sofia Ulisses Santos (suplente) - Representante do COEGEMAS; Mônica de P. Fialho Carneiro (titular) - Representante da Sec. da Saúde; Emanuelle Galdino de O. Moura (titular) - Representante da SEMDH; Ednaura Nascimento Rodrigues (titular) - Representante da entidade CEFEC/PB; Maria Juliana Gomes do Nascimento (titular) - Representante da entidade ASA/PB; Aline Gomes de Nascimento (suplente) - Representante da entidade ASA/PB; Kassandra Meneses (titular) - Representante dos trabalhadores; Ângela Maria de Sousa Almeida (suplente) - Representante do Instituto de Educação aos Cegos do Nordeste - IEACN; Luciano Lourenço da Silva (titular) - Representante dos usuários do SUAS; Isa Lidianne de Lima Pereira (suplente) - Representante dos usuários do SUAS; Adjane de Medeiros Rocha (titular) - Representante dos trabalhadores do SUAS; Jéssica Juliana Batista (suplente) - Representante dos trabalhadores do SUAS; Daniela Ninfa - Secretária Executiva do CEAS; Maria da Conceição Farias - Secretária Executiva do CEAS; Evelyne Rose de Araújo Silva - Secretária Executiva do CEAS. A técnica Daniela Ninfa inicia a reunião dando boas vindas aos presentes e justifica a ausência da presidente Gigliolla Marcelino em seguida fez a leitura da pauta da reunião: I – Reprogramação de Saldos de 2020 para execução em 2021; II – Apresentação da Portaria 618 MC sobre adesão de estados e municípios para as cestas básicas do Programa vinculado a segurança alimentar; III – Formação para os conselheiros; IV – Conferência de Assistência Social 2021; V – Informes. A conselheira Francisca das Chagas informa sobre a portaria MC 618 de 22 de março de 2021, que dispõe sobre procedimentos para Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) nas localidades em situação de emergência ou estado de calamidade pública no estado, com o objetivo de dar apoio

técnico estadual aos municípios para adesão de cestas básicas tendo em vista a questão da pandemia. Informa que todos os municípios que solicitaram cestas irão receber no mínimo de 100 (cem) cestas básicas, o quantitativo que foi aprovado em reunião neste conselho. Na medida em que houver a distribuição das cestas o conselho deverá acompanhar o processo tendo em vista que mais a frente irá se posicionar acerca da prestação de contas do referido benefício. Após os devidos esclarecimentos passamos para o próximo ponto de pauta sobre a Formação para os Conselheiros. A conselheira Francisca das Chagas esclarece que em relação à escola dos conselhos, o Plano de trabalho para o capacita SUAS está pronto, a proposta está em andamento, foi feita a solicitação ao Ministério da Cidadania acerca da liberação dos recursos previstos para formação de conselheiros, com isso estamos no aguardo. O Plano de Trabalho inicial foi pensado na modalidade presencial, com tudo veio à pandemia, neste sentido teremos que mudar a modalidade. A capacitação atenderá em torno de 1.800 (mil e oitocentos) conselheiros (tutelares e de direito) provavelmente teremos algum posicionamento do início dessa atividade até o final do mês de maio. A conselheira Emanuelle Galdino ressalta que a princípio a solicitação seria a formação para os novos conselheiros do CEAS, com calendário de formação inicial para aprimorar alguns debates e discursões que são específicos do conselho de assistência social. A conselheira Francisca das Chagas esclarece que a formação de conselheiros dentro do âmbito da escola de conselhos depende de convênio específico, no Plano de Capacitação estão contemplados todos os conselhos de diretos (Assistência Social, criança e adolescentes, pessoas idosa, pessoa com deficiência). A conselheira Sofia Ulisses menciona que a solicitação que foi pauta no início do ano em relação à formação dos conselheiros, tendo em vista que a maior parte dos conselheiros nunca assumiram a função de conselheiros de assistência social, e sugere que a capacitação poderia ser antecipada utilizando o recurso do IGD/BF onde é disponibilizado a utilização de 3% para o conselho, neste sentido seria a oportunidade de fazer uma formação específica de controle social revisitando a política de assistência social. A conselheira Emanuelle Galdino propõe que em cada reunião do CEAS se pontue alguma coisa que sirva como formação a exemplo a leitura do regimento para uma discursão, qual o papel de cada comissão do conselho, destacando assim os elementos pertinentes e que mais é discutido no conselho, sugere que se possa propor uma comissão para pensar em elaborar

63 um calendário de formação continuada. A conselheira Francisca das Chagas propõe que se
64 possa ver a técnica Gilmara que foi presidente do CEAS na gestão anterior para estar
65 apresentando a dinâmica de funcionamento, como também as pessoas que compõe a
66 secretaria executiva. Seguindo a pauta o técnico Hedon Pimentel contador do FEAS
67 apresenta a Reprogramação de Saldos de 2020 para execução em 2021 (anexo), esclarece
68 que serão apresentados os saldos que ficaram em 2020. A conselheira Sofia Ulisses sugere
69 que no relatório sejam mais discriminadas as propostas de despesas para melhor
70 entendimento dos conselheiros, e questiona se a secretaria já fez o planejamento do que
71 essencialmente precisam gastar para apresentar ao conselho para aprovação. A conselheira
72 Francisca das Chagas entende a necessidade de fazer o detalhamento das atividades em cada
73 bloco de proteção com base nos elementos de despesa considerando o que já está
74 tramitando, como aquisição de equipamentos, de EPIs, estruturação de CREAS, pequenas
75 reformas de casas lares. Esclarece que há possibilidade de apresentar os saldos vinculados
76 aos elementos de despesas e sugere que seja feita uma apresentação da portaria que rege
77 essa reprogramação de saldos remanescentes. A conselheira Jessica Juliana esclarece que
78 em relação ao programa Criança Feliz tem um processo seletivo em andamento, que estará
79 sendo encaminhado pela ESPEP (Escola do Serviço Público do Estado da Paraíba) com
80 previsão da nova turma para o mês de junho. Informa que foi aprovado um ajuste salarial
81 para equipe técnica que irá desenvolver o programa. A conselheira Kassandra Meneses fala
82 da dificuldade de entender a apresentação da reprogramação e explica que vê a necessidade
83 de ter acesso às informações de maneira mais clara e objetiva. Principalmente aos
84 conselheiros que são novatos e que não teve acesso ao orçamento de 2020 e sugere que seja
85 feito um detalhamento para que possam analisar e seguir com a aprovação. Outra
86 observação é sobre o processo seletivo do Programa Criança Feliz, acreditava que iria ser
87 realizado concurso publico, pois estava no plano orçamentário do governo do estado a
88 realização do concurso para a assistência. A conselheira Francisca das Chagas propõe a
89 apresentação para maiores esclarecimentos sobre a reprogramação com base na portaria
90 onde orienta que não podemos gastar nenhum recurso para além de sua finalidade e
91 apresentar quais são as necessidades de acordo com os nossos percentuais. O grupo
92 deliberou para realização de uma reunião extraordinária para o dia 06 de maio de 2021 às

14h por meio remoto. No ponto de pauta sobre as Conferências Municipais foi proposta a formação da comissão organizadora coordenada pela presidente e pela vice-presidente do CEAS, se dispuseram para a comissão as conselheiras, Adjane de Medeiros, Emanuelle Galdino, Jéssica Juliana e Sofia Ulisses. Nos informes: a conselheira Sofia Ulisses informa sobre a reunião com o Ministério Público sobre medidas sócio educativas, onde foi colocado a questão do orçamento para Proteção Especial em que solicitou que seja feita uma discursão para estar orientando os municípios para colocar em seus orçamentos recursos para medidas sócio educativas. A conselheira Francisca das Chagas informa que em reunião com o MP/PB o mesmo solicitou esclarecimentos sobre o orçamento previsto para 2021 tendo em vista que não estava claro na peça orçamentaria a descrição dos recursos no âmbito da Proteção Social Especial tendo em vista que são poucos e não especifica que seria para medidas sócio educativas em meio aberto, neste sentido nos comprometemos de melhorar a descrição no orçamento para 2022. Outro aspecto que foi colocado na última audiência no sentido de pautar no âmbito da CIB sobre os recursos para Alta Complexidade. Para 2021 o estado não ampliou dos recursos como também foi acordado que os recursos permanecem na Proteção Básica contemplando todos os municípios em virtude da pandemia. Nada havendo mais a tratar, a vice presidente encerrou o presente encontro virtual, agradecendo a participação de todas (os) participantes.